

CONVENÇÃO COLETIVA DATA BASE: MARÇO/2015

Sindicato Profissional: Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, registrado no MTB sob o nº 46000.007655 de 1995, inscrito no CNPJ sob o nº 95.438.800/0001-03.

Sindicato Patronal: Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul, registrado no MTB sob o nº 24000.010995/88 de 1964, inscrito no CNPJ sob o nº 95.439.089/0001-01.

Abrangência: empregados no comércio varejista de Venâncio Aires e Mato Leitão.

CLÁUSULA 01 - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados abrangidos pelo presente acordo serão majorados em 1º de março de 2015, em 9,55 % (nove vírgula cinquenta e cinco por cento), a incidir sobre o salário de março de 2014.

CLÁUSULA 02 - REAJUSTE SALARIAL PROPORCIONAL

A taxa de reajustamento do salário do empregado que haja ingressado na empresa após a data base será proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data base.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento após a data base da categoria, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias com adição ao salário da época da contratação, conforme tabela abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	REAJUSTE	MÊS DE ADMISSÃO	REAJUSTE
MARÇO/2014	9,55%	SETEMBRO/2014	6,56%
ABRIL/2014	8,65%	OUTUBRO/2014	6,04%
MAIO/2014	7,81%	NOVEMBRO/2014	5,64%
JUNHO/2014	7,17%	DEZEMBRO/2014	5,08%
JULHO/2014	6,89%	JANEIRO/2015	4,44%
AGOSTO/2014	6,75%	FEVEREIRO/2015	2,91%

PARÁGRAFO ÚNICO – Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força do presente acordo, perceber salário superior ao mais antigo na mesma função.

CLÁUSULA 03 - COMPENSAÇÕES

Poderão ser compensados nos reajustes previstos no presente acordo os aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o período revisando, exceto os provenientes de término de aprendizagem; aumento real, implemento de idade; promoção por antiguidade ou merecimento; transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade; e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul
Sindicato Filiado ao Sistema Fecomércio-RS e integrado ao Sistema CNC

Rua Ernesto Alves, 714 - CEP 96810-144 - Santa Cruz do Sul/RS

TEL + 55 51 3056 3500 | sindilojas@sindilojas-scs.com.br | www.sindilojas-scs.com.br

CLÁUSULA 04 - SALÁRIOS MÍNIMOS PROFISSIONAIS

Os salários mínimos profissionais da categoria vigorarão **a partir do mês de março/2015** com os seguintes valores:

I) Empregados em Geral - R\$ 1.054,00 (um mil e cinquenta e quatro reais).

Parágrafo Primeiro - Fica estabelecido que os Pisos que servem de base de cálculo para os reajustes coercitivos futuros, bem como, para a próxima data base, são os valores fixados no inciso "I" do "caput" desta cláusula, excluindo-se qualquer majoração prevista no parágrafo segundo da presente cláusula.

Parágrafo Segundo – Fica estabelecido que **a partir de setembro/2015**, inclusive, haverá uma antecipação salarial de **3% (três por cento)**, para todas as categorias que receberem acima do piso.

Parágrafo terceiro - Fica assegurado que os pisos salariais previstos na presente cláusula não serão inferiores ao Salário Mínimo Nacional durante a vigência desta convenção, podendo o percentual assim concedido ser compensado na data base seguinte.

CLÁUSULA 05 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

As empresas concederão a todos os integrantes da categoria profissional um adicional de 4% (quatro por cento) por quinquênio de serviço na mesma empresa, a incidir sobre a remuneração.

CLÁUSULA 06 - CÁLCULO PARA OS COMISSIONISTAS

As parcelas rescisórias, a gratificação natalina, a licença maternidade e as férias dos comissionistas, serão calculadas tomando-se por base, a média das comissões corrigidas pelo INPC/IBGE, auferidas nos últimos 12 (doze) meses de trabalho.

CLÁUSULA 07 - DESCONTOS EM FOLHA

As empresas ficam autorizadas a descontarem de seus empregados os valores correspondentes a seguro de vida em grupo e ou descontos provenientes com UNIMED, UNIODONTO, TICKET REFEIÇÃO e TICKET ALIMENTAÇÃO desde que autorizados individualmente, por escrito, pelos empregados.

CLÁUSULA 08 - QUEBRA-DE-CAIXA

As empresas concederão um adicional de quebra-de-caixa a todos os empregados que exerçam a função de caixa, no valor mínimo de 10% (dez por cento) da remuneração.

CLÁUSULA 09 - AUXÍLIO-CRECHE

As empresas que não mantiverem creches junto ao estabelecimento ou de forma conveniada pagarão à suas empregadas mulheres, à partir do retorno da licença-maternidade, por filho menor de 06 (seis) anos, auxílio mensal em valor equivalente a 0,10 (um décimo) do salário normativo da categoria profissional, independentemente de qualquer comprovação de despesas.

CLÁUSULA 10 - AUXÍLIO FUNERAL

O empregador pagará, aos dependentes do empregado falecido em decorrência de acidente de trabalho, auxílio - funeral em quantia equivalente a 01 (um) salário normativo da categoria profissional.

Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul
Sindicato Filiado ao Sistema Fecomércio-RS e Integrado ao Sistema CNC

Rua Ernesto Alves, 714 - CEP 96810-144 - Santa Cruz do Sul/RS

TEL + 55-51 3056 3500 | sindilojas@sindilojas-scs.com.br | www.sindilojas-scs.com.br



CLÁUSULA 11 - REPOUSO REMUNERADO

O repouso semanal do empregado comissionista será calculado com base no total das comissões auferidas no mês, divididas pelos dias trabalhados no exercício da função e multiplicados pelos domingos e feriados a que fizer jus. A remuneração do empregado que perceba salário misto será composta basicamente, pelas comissões e repouso semanal remunerado, somado ao salário fixo.

CLÁUSULA 12 - ANOTAÇÃO DE COMISSÕES

As empresas que remuneram seus empregados a base de comissões se obrigam a anotar na Carteira de Trabalho dos mesmos, ou em contrato individual, o percentual aplicado para o cálculo dessas comissões.

CLÁUSULA 13 - ESTABILIDADE DE EMPREGO PARA GESTANTE

Fica assegurada a estabilidade provisória da empregada gestante, a partir da confirmação da gravidez, até 60 (sessenta) dias após o retorno da licença prevista em lei.

CLÁUSULA 14 - ABONO DE PONTO GESTANTE

Fica assegurada a empregada gestante o abono de uma falta mensal para consulta médica, mediante comprovação por declaração médica ou apresentação da carteira gestante.

CLÁUSULA 15 - ABONO DE PONTO - PIS

Fica assegurada a dispensa do empregado por meio turno do expediente normal, sem prejuízo salarial, para retirada das parcelas do PIS e durante um dia, quando o seu domicílio bancário for fora do município, salvo quando a empresa adotar o sistema de pagamento direto.

CLÁUSULA 16 - GRATIFICAÇÃO NATALINA

As empresas se obrigam a pagar 50% (cinquenta por cento) da gratificação natalina, aos empregados que a requeiram, na forma do parágrafo único, até 03 (três dias) após o recebimento do aviso de férias.

PARÁGRAFO ÚNICO - O requerimento de férias deverá ser feito em formulários a serem confeccionados pela entidade acordante em três vias, ficando uma via com o empregado, outra com a empresa e outra com o Sindicato obreiro.

CLÁUSULA 17 - DISPENSA DE AVISO PRÉVIO

No caso de aviso prévio dado pela empresa, fica a mesma obrigada a dispensar do cumprimento do referido período, o empregado que comprovar a obtenção de novo emprego, hipótese em que o empregador pagará os dias efetivamente trabalhados durante o aviso prévio, bem como as demais parcelas rescisórias.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas que dispensarem seus empregados de comparecerem ao trabalho durante o aviso prévio são obrigadas a fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA 18 - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO NA CTPS

As empresas são obrigadas a anotarem na Carteira de Trabalho de seus empregados a função por eles efetivamente exercida no estabelecimento.

CLÁUSULA 19 - CÓPIA DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

As empresas devem entregar cópia do Contrato de Experiência ao empregado, por ocasião de
Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul
Sindicato Filiado ao Sistema Fecomércio-RS e integrado ao Sistema CNC

Rua Ernesto Alves, 714 - CEP 96810-144 - Santa Cruz do Sul/RS

TEL + 55 51 3056 3500 | sindilojas@sindilojas-scs.com.br | www.sindilojas-scs.com.br



sua admissão, o qual não poderá ser celebrado por prazo inferior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA 20 - TREINAMENTO DE EMPREGADOS COMISSIONADOS

Os dias de treinamento de empregados comissionados, quando integram o programa de desenvolvimento dos Recursos Humanos das Empresas e obtiverem o aperfeiçoamento profissional dos participantes não necessitam ser compensados na remuneração variável.

CLÁUSULA 21 - DISCRIMINATIVO DOS PAGAMENTOS

As empresas devem fornecer aos seus empregados discriminativos dos pagamentos efetuados através de cópias de recibos ou envelopes de pagamento, onde constem as especificações das parcelas pagas e descontadas.

CLÁUSULA 22 - EXIGÊNCIA DE UNIFORMES

As empresas que exigirem de seus empregados o uso de uniformes, devem fornecê-los sem qualquer ônus, em número de 02 (dois) ao ano, a título de empréstimo para uso exclusivo em serviço, ficando estabelecido que os mesmos serão devolvidos as empresas, qualquer que seja o seu estado de conservação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando a empresa exigir determinado tipo de sapato, ou meias, deverá fornecê-los e/ou substituí-los sempre que necessário.

CLÁUSULA 23 - DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA

As empresas se obrigam a fornecer aos seus empregados despedidos por justa causa, os motivos que a determinarem, sob pena de ser considerada imotivada.

CLÁUSULA 24 - CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência de caixa deve ser procedida a vista do empregado por ela responsável sob pena de impossibilidade de ulterior cobrança de diferenças apuradas posteriormente.

CLÁUSULA 25 - ATESTADO MÉDICO

As empresas são obrigadas a aceitarem atestados médicos, para justificação de faltas de serviço, expedidos por médicos particulares.

CLÁUSULA 26 - MAQUILAGEM

Quando as empresas exigirem de suas empregadas que trabalhem maquiladas, deverá fornecer o material necessário que deverá ser adequado a sua tez.

CLÁUSULA 27 - LIVRO PONTO OU CARTÃO MECANIZADO

As empresas que tiverem mais de 05 (cinco) empregados se obrigam a manterem o livro-ponto ou cartão mecanizado, onde o empregado deverá registrar sua presença ao trabalho, intervalo e jornada extraordinária.

CLÁUSULA 28 - DIVULGAÇÃO EM QUADRO MURAL

As empresas deverão permitir a divulgação em quadro mural, com acesso aos empregados, avisos e notícias sindicais editadas pelo Sindicato obreiro.



CLÁUSULA 29 - ESTABILIDADE

Fica assegurada a estabilidade provisória durante os 12 (doze) meses anteriores a implementação da carência necessária a concessão do benefício de aposentadoria ao empregado que mantenha o contrato de trabalho com a mesma empresa pelo prazo de 05 (cinco) anos ininterruptos. Aplica-se também tal requisito no caso de aposentadoria especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a concessão da estabilidade provisória acima prevista, o empregado deverá comprovar perante o empregador a averbação do tempo de serviço mediante certidão expedida pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada caso o empregador, a vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão de benefício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma vez, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

CLÁUSULA 30 - MULTA - DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

O descumprimento de qualquer das cláusulas do presente acordo coletivo que contenha obrigação de fazer, obrigará ao estabelecimento empregador a pagar multa equivalente a 5% (cinco por cento) do salário mínimo por empregado, e em benefício do mesmo, desde que não possua, a cláusula, multa especificada ou não haja previsão legal a respeito.

PARÁGRAFO ÚNICO - A presente cláusula somente será aplicada após a comunicação escrita pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul à empresa, e que a mesma não sanar a irregularidade apontada ou denunciada em 20 (vinte) dias.

CLÁUSULA 31 - ASSISTÊNCIA DO SINDICATO NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

Obrigação de as rescisões de contrato de trabalho e pedido de demissão de integrantes da categoria profissional suscitante, com 180 (cento e oitenta) dias ou mais de contratualidade, serem assistidas pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, sob pena de nulidade plena do ato, respeitado o disposto no artigo 477, da CLT ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA 32 - HORAS EXTRAS

As horas extras dos integrantes da categoria profissional serão remuneradas com adicional de 75% (setenta e cinco por cento).

CLÁUSULA 33 – FÉRIAS PROPORCIONAIS

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional suscitante a percepção das férias proporcionais no pedido de demissão (rescisão por iniciativa do empregado).

CLÁUSULA 34 - CONTRIBUIÇÃO MENSAL

As empresas descontarão mensalmente dos **empregados associados ao Sindicato dos Comerciantes**, em folha de pagamento, conforme aprovado e autorizado em Assembleia Geral da categoria, a contribuição mensal no percentual de 1% (um por cento) da remuneração do empregado.

Parágrafo único – O recolhimento das importâncias objeto do desconto previsto no “caput” desta cláusula deverá ser efetuado diretamente na secretaria do Sindicato dos Empregados no Comércio de

Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul
Sindicato Filiado ao Sistema Fecomércio-RS e integrado ao Sistema CNC

Rua Ernesto Alves, 714 - CEP 96810-144 - Santa Cruz do Sul/RS

TEL + 55 51 3056 3500 | sindilojas@sindilojas-scs.com.br | www.sindilojas-scs.com.br



Santa Cruz do Sul, em guias próprias fornecidas pela entidade, até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao desconto.

CLÁUSULA 35 - CONTRIBUIÇÃO DE DISSÍDIO ASSISTENCIAL

As empresas recolherão ao SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, uma contribuição considerada como ônus da própria empresa, mediante guias fornecidas pelo favorecido, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da Folha de Pagamento, pagáveis da seguinte forma:

- 5% (cinco por cento) sobre a folha de Março/2015, com vencimento em 10.04.2015;
- 5% (cinco por cento) sobre a folha de Agosto/2015, com vencimento em 10.09.2015.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor mínimo de cada parcela prevista no "caput" desta cláusula, inclusive para as empresas que não possuem empregados, será de R\$ 88,00 (oitenta e oito reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não recolhimento dos valores estipulados no "caput" e parágrafo primeiro desta cláusula, dentro do prazo previsto, acarretará multa de 10% (dez por cento), acrescida de multa adicional de 2% (dois por cento) por mês de atraso no recolhimento e juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

CLÁUSULA 36 - DESCONTO ASSISTENCIAL

Por autorização expressa da categoria profissional, conforme decisão da Assembleia ficam as empresas obrigadas a descontar de todos os seus empregados, o valor correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração, a ser recolhido da seguinte forma:

- 4% (quatro por cento) sobre a remuneração dos empregados no mês de agosto/2015, já atualizada conforme a presente convenção, a ser recolhido até o dia 10 de setembro de 2015;
- 4% (quatro por cento) sobre a remuneração dos empregados no mês de setembro/2015, com vencimento em 10 de outubro de 2015;

Os referidos valores deverão ser recolhidos aos cofres do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL, sob pena de multa de 100% (cem por cento) por mês de atraso no recolhimento e juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

Parágrafo primeiro - As empresas descontarão e recolherão ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL, na forma desta cláusula, o valor correspondente a 8% (oito por cento) do salário contratual do empregado que vier a ser admitido durante a vigência do presente Dissídio Coletivo, até o quinto dia útil do mês subseqüente.

Parágrafo segundo - Fica garantido ao trabalhador o direito de se opor ao desconto da contribuição prevista nesta cláusula, desde que o mesmo encaminhe ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul manifestação por escrito neste sentido no prazo máximo de 10(dez) dias a contar da assinatura da presente convenção coletiva.

CLÁUSULA 37 - CÓPIA DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO

As empresas ficam obrigadas a encaminhar aos respectivos sindicatos, cópias das guias de recolhimento dos descontos e contribuições previstas nas cláusulas acima, no prazo máximo de 10

Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul
Sindicato Filiado ao Sistema Fecomércio-RS e Integrado ao Sistema CNC

Rua Ernesto Alves, 714 - CEP 96810-144 - Santa Cruz do Sul/RS

TEL + 55 51 3056 3500 | sindilojas@sindilojas-scs.com.br | www.sindilojas-scs.com.br



(dez) dias de sua efetivação, bem como a relação nominal dos empregados com as respectivas remunerações.

CLÁUSULA 38 – RECOMPOSIÇÃO SALARIAL NA RESCISÃO

Por ocasião da rescisão contratual deverá o salário base do empregado ser recomposto com base no INPC/IBGE acumulado desde a data base até o mês anterior ao da rescisão devendo o salário resultante ser utilizado como base de cálculo para pagamento das verbas rescisórias a que o trabalhador tiver direito.

CLÁUSULA 39 – APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO SINDICAL

Por ocasião das rescisões de contrato dos integrantes da categoria profissional suscitante, conforme cláusula 31, as empresas ficam obrigadas a apresentar as Certidões de Regularidade Sindical do sindicato suscitante, bem como do sindicato suscitado.

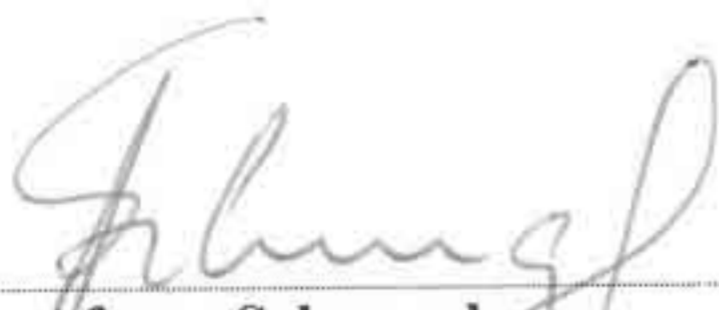
CLÁUSULA 40 – PAGAMENTO DE DIFERENÇAS

As diferenças resultantes dos percentuais pactuados na presente convenção deverão ser pagas juntamente com a folha de salários do mês de AGOSTO/2015.

CLÁUSULA 41 - VIGÊNCIA

As condições estabelecidas na presente Convenção Coletiva vigoram pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 1º de março de 2015, não integrando, de forma definitiva, depois de expirado o prazo de vigência, os contratos individuais de trabalho.

Santa Cruz do Sul, 08 de agosto de 2015.



Afonso Schwengber
CPF nº: 172775070/53

Sindicato dos Empregados no Comércio
Santa Cruz do Sul



Mauro Spode
CPF nº 320.298.610-49

Sindicato do Comércio Varejista de Santa
Cruz do Sul

**ACORDO COLETIVO DE PRORROGAÇÃO, ALTERAÇÃO E/OU
COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO VÁLIDO A PARTIR DE 1º DE
DEZEMBRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul e o Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul, por seus representantes legais, devidamente autorizados por suas assembleias, obrigam-se da seguinte forma:

CLÁUSULA 1ª - As empresas representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul nos municípios de **Venâncio Aires e Mato Leitão** estão autorizadas a promover horários especiais de abertura do comércio no mês de dezembro/2015, conforme segue:

- a. Nos dias 1º, 02, 03 e 04 de dezembro de 2015 as empresas poderão permanecer abertas até as 18h30min.
- b. Nos dias 07, 08, 09, 10, 11, 14, 15, 16 e 17 de dezembro de 2015 as empresas poderão prorrogar o horário de abertura até às 19h00min;
- c. Nos dias 05, 12, 19 e 26 de dezembro de 2015 (sábados) as empresas poderão abrir na parte da tarde até às 17h00min;
- d. Nos dias 18, e 21 de dezembro de 2015 as empresas poderão prorrogar o horário de abertura até às 21h00min;
- e. Nos dias 22 e 23 de dezembro de 2015 as empresas poderão prorrogar o horário de abertura até às 22h00min;
- f. Nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015 as empresas poderão permanecer abertas somente até às 17h00min;
- g. No dia 20 de dezembro de 2015 (domingo) as empresas poderão abrir as 17h00min às 22h00min;
- h. Nos dias 06, 13, 27 de dezembro de 2015 (domingos) e no dia 25 de dezembro de 2015 (Natal) as empresas permanecerão FECHADAS.

CLÁUSULA 2ª - No período de 1º de dezembro a 31 de dezembro de 2015, as horas elaboradas como extraordinárias pelos empregados das empresas representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul no município de **Venâncio Aires e Mato Leitão**, serão acrescidas de 75% (setenta e cinco por cento) ou folga em dobro, ficando esta opção a critério do empregado.

- a) Fica acordado que as foigas das horas extraordinárias poderão ser compensadas até o dia 31.03.2016, sendo possível o fechamento do estabelecimento comercial em qualquer dia até essa data para esse fim.
- b) Fica acordado que as horas extraordinárias dos comissionistas serão calculadas tomando-se por base, a média das comissões auferidas nos últimos doze meses de trabalho.

CLÁUSULA 3ª - Os empregados que tiverem alteradas as suas jornadas de trabalho em decorrência de prorrogações previstas no presente acordo, terão direito a um lanche, custeado pelo empregador. Fica estipulado entre as partes que o lanche concedido não terá caráter de natureza salarial, sendo que o empregador repassará ao empregado o valor de R\$ 14,00(quatorze reais) por lanche, para compra do mesmo.

Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul
Sindicato Filiado ao Sistema Fecomércio-RS e integrado ao Sistema CNC

Rua Ernesto Alves, 714 - CEP 96810-144 - Santa Cruz do Sul/RS

TEL + 55 51 3056 3500 | sindilojas@sindilojas-scs.com.br | www.sindilojas-scs.com.br



CLÁUSULA 4º - Os acordantes estabelecem, ainda, que no dia 20 de dezembro de 2015 (domingo), o comércio funcionará sob as seguintes regras abaixo estabelecidas:

- a. O domingo laborado pelo empregado gerará direito a um prêmio de R\$ 70,00 (setenta reais), por empregado, de natureza indenizatória, que não será integrado a seu salário para qualquer efeito legal, devendo ser pago até o dia 24 de dezembro de 2015.
- b. O empregado terá, ainda, por cinco horas trabalhadas no domingo, direito a compensação com repouso semanal, o qual deverá ser concedido pelas empresas em qualquer uma de três datas, a saber:
 - I) dia 26/12/2015 (Sábado) ou
 - II) dia 02/01/2016 (Sábado) ou
 - III) dia 08/02/2016 (Segunda-feira de Carnaval).
- c. A concessão do repouso se dará segundo um dos critérios abaixo:

1º. Mediante fechamento da empresa: A empresa poderá optar por fechar em qualquer uma das três datas acima previstas e, conseqüentemente, todos os empregados terão concedido o repouso previsto para compensação do domingo trabalhado. Optando por este critério, a empresa deverá comunicar o Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, por escrito, até 23/12/2015, em qual data ocorrerão fechamento, conforme previsto nesta cláusula, alínea "b", anexando, ainda, a listagem dos empregados.

2º. Mediante escala de folgas: Caso a empresa não opte pelo fechamento, deverá providenciar escala de folgas para concessão do repouso previsto, devendo a empresa enviar ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, por escrito, até 23/12/2015, a relação com a escala das folgas, com indicação do nome do funcionário e a respectiva data, conforme previsto nesta cláusula, alínea "b", em que gozará a sua folga.

- d. Os comerciários que em seu contrato de trabalho já possuam cláusula estabelecendo o trabalho aos domingos, ficam excluído das alíneas "a" "b" e "c" da presente cláusula.

CLÁUSULA 5ª - Os acordantes estabelecem que no dia 9 de fevereiro de 2016, Terça-feira de Carnaval, as empresas permanecerão fechadas,

CLÁUSULA 6ª - Por força deste Acordo Coletivo a empresa que prorrogar, alterar e/ou compensar a sua jornada fica dispensada de firmar acordo individual com o seu empregado. Para tanto as respectivas horas extraordinárias serão anotadas nos respectivos livros ou cartões pontos para posterior quitação ou compensação.

CLÁUSULA 7ª - As empresas que já possuem no contrato individual de trabalho e que pratiquem horários diferenciados e não aderirem ao calendário de horários e abertura do presente Acordo Coletivo estão excluídas do mesmo.

CLÁUSULA 8ª - Ficam excluídas do cumprimento das cláusulas 1 e 4 do presente Acordo Coletivo as empresas que trabalharem exclusivamente com a utilização de mão de obra de seus sócios.



CLÁUSULA 9ª - O Sindicato obreiro concorda expressamente com alteração a ser realizada o contrato do empregado representado por sua categoria profissional em relação aos horários a serem trabalhados.

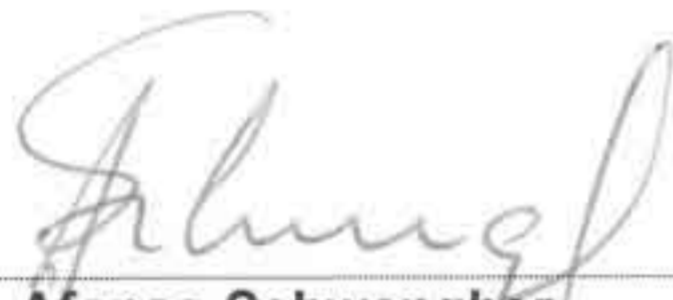
CLÁUSULA 10ª - MULTA - O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Acordo Coletivo obrigará a EMPRESA a pagar multa equivalente ao valor de 01 (um) Salário Mínimo Profissional da categoria, por empregado, e em benefício do mesmo.

Parágrafo primeiro: Os valores decorrentes da aplicação da multa prevista no caput da presente cláusula deverão ser recolhidos ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, que fará o repasse aos respectivos empregados.

Parágrafo segundo - O recolhimento da multa prevista no caput da presente cláusula deverá ser realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da comunicação da irregularidade pelo sindicato à empresa

O presente acordo vigorará no período de 1º de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, ficando estabelecido que as condições ora ajustadas não se incorporarão aos contratos individuais de trabalho depois de expirado o prazo de vigência.

Santa Cruz do Sul, 03 de agosto de 2015.



Afonso Schwengber
CPF nº: 172775070/53
Sindicato dos Empregados no Comércio
Santa Cruz do Sul



Mauro Spode
CPF nº 320.298.610-49
Sindicato do Comércio Varejista de Santa
Cruz do Sul

CALENDÁRIO COMÉRCIO - DEZEMBRO 2015

Venâncio Aires

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		


 *Comércio aberto até as 17h00min*

 *Comércio aberto até as 18h30min*

 *Comércio aberto até as 19h00min*

 *Comércio aberto das 17h00min até as 22h00min*

 *Comércio aberto até as 21h00min*

 *Comércio aberto até as 22h00min*

 *Comércio fechado*



Afonso Schwengber
CPF nº 172.775.070-53

*Sindicato dos Empregados no Comércio
de Santa Cruz do Sul*



Mauro Spode
CPF nº 320.298.610-49

*Sindicato do Comércio Varejista
de Santa Cruz do Sul*